

# DISCURSO DE ENCERRAMENTO E SAUDAÇÃO À NOVA ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

---

Permitam-me dar início a este pronunciamento, parafraseando o artista e poeta Milton Nascimento:

“O trem que chega  
É o mesmo trem da partida  
A hora do encontro é também  
despedida  
A plataforma dessa estação  
É a vida desse meu lugar.”

O Tribunal Superior do Trabalho engalana-se, nesta tarde, para dar posse aos integrantes da nova administração da Corte, eleitos pela unanimidade dos

seus pares, para o biênio 2016-2018, Excelentíssimos Senhores Ministros Ives Gandra da Silva Martins Filho, Emmanoel Pereira e Renato de Lacerda Paiva, que exercerão, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

A eleição e a solenidade de posse são acontecimentos que se repetem a cada dois anos. Representam a salutar alternância da Administração do Tribunal, num testemunho eloquente da democracia que tem assento em todo o Judiciário Nacional.

Traduzem, também, e a um só tempo, o reconhecimento do trabalho realizado por todos aqueles que participaram da gestão, que ora se finda, que tive a inenarrável honra de presidir, em face da confiança que me fora

depositada pelos nobres colegas que compõem merecidamente este Tribunal.

Este é, portanto, o momento de, também, registrar os meus sinceros agradecimentos a todos que, de alguma forma, colaboraram para a consecução dos objetivos almejados pela atual Presidência.

Enalteço, assim, o abnegado e imprescindível trabalho dos Excelentíssimos Senhores Ministros desta Corte e a colaboração proficiente e amiga do Ministro Vice-Presidente Ives Gandra da Silva Martins Filho e do Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho João Batista Brito Pereira.

Não poderia deixar o cargo de Presidente do TST e do CSJT sem levar a público o espetacular trabalho realizado pela equipe que esteve diretamente vinculada a esta Presidência: Excelentíssimos Senhores

Magistrados e Auxiliares, Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Lockman, Dr.<sup>a</sup> Adriana Freire Pimenta, Dr. Renan Ravel e Dr.<sup>a</sup> Gisela Ávila Lutz; a Secretária-Geral da Presidência, Dr.<sup>a</sup> Anne Floriane da Escóssia Lima; a Secretária-Geral Judiciária, Dr.<sup>a</sup> Gilse Batista Saraiva; o Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal, Dr. Gustavo Caribé de Carvalho e o Secretário-Geral do CSJT, Dr. Adlei Christian Schlosser.

Em nome dos quais estendo os meus agradecimentos aos servidores e colaboradores que contribuíram nas atividades diuturnamente realizadas no âmbito da Presidência.

Por igual, não poderia deixar de passar a oportunidade para externar o meu reconhecimento as senhoras senadoras e aos senhores senadores que aprovaram, em dois turnos, a PEC que

explicita o TST como Órgão integrante do Poder Judiciário Nacional.

Externo também o meu mais sincero sentimento de agradecimento às senhoras Deputadas e aos senhores Deputados que, na Sessão do dia 23/02, aprovaram, por votação expressiva e em primeiro turno, a PEC proveniente do Senado Federal.

Com isso, permito-me, com todo o respeito, solicitar a Presidência da Câmara dos Deputados a especial gentileza de imprimir, tanto quanto possível, brevidade para a realização da Sessão do segundo turno, de modo que, aprovada a PEC, quiçá pela mesmíssima votação, possa ser submetida à promulgação do Congresso Nacional.

Isso para que este eloquente evento possa compor as comemorações dos 70 anos de existência do TST, que se realizarão ao longo de 2016, não sendo

demais assentar que, com a explicitação desta Corte na estrutura do Poder Judiciário, obviamente, ainda assim, caberá Recurso Extraordinário para o STF, por ser o intérprete e o guardião da Constituição da República.

Ao assumir o cargo de Presidente em fevereiro de 2014, declarei que o foco da minha administração estaria na atividade-fim, em face do significativo e constante aumento no volume de recursos destinados ao TST. Para tanto, alinhei a administração para a consecução de tal objetivo. Medidas foram ultimadas nesse sentido.

Assim, os dados estatísticos referentes ao biênio 2014-2016 evidenciam o esforço dos senhores Ministros, dos Desembargadores convocados e dos servidores de fornecer uma prestação jurisdicional célere e

eficaz, concernente aos anseios da sociedade.

Nesses termos, segundo os dados apresentados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa, entre 2014-2016, foram julgados 603.995 processos, tendo ocorrido sensível redução do acervo processual.

Ao lado dessas atividades ligadas à função jurisdicional afeta ao TST, não me descurei de dois programas concebidos sob os auspícios do princípio republicano, desenvolvidos pela Corte a título de colaboração com o Executivo, na perspectiva da harmonia constitucional entre os Poderes, denominados “Trabalho Seguro” e “Combate ao Trabalho Infantil”.

Tampouco foram relegadas as ações administrativas para a exitosa condução do PJe, com as adequações já promovidas pelos meus

competentíssimos predecessores, Ministros João Oreste Dalazen e Carlos Alberto Reis de Paula.

Atualmente, o PJe está instalado em todas as Varas do Trabalho e em todos os Tribunais Regionais do Trabalho, superando todas as expectativas criadas desde o início da sua implantação.

Digo, portanto, com toda a tranquilidade, que me esforcei muito para fazer jus à confiança que me fora conferida por todos e, em especial, pelos Exmos Srs. Ministros desta Corte, os quais os tenho como verdadeiros amigos.

Sei que nem todos os objetivos almejados foram alcançados e penso que isso se deva a razões alheias ao meu esforço e dedicação.

Assim, encontro abrigo nas palavras do líder Mahatma Gandhi: “A alegria

está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido e não na vitória propriamente dita.”.

A Administração que ora é empossada terá a verdadeira missão de ultimar o processo irreversível de consolidação da Justiça do Trabalho como órgão indissociável, imprescindível e prestigioso do Judiciário Brasileiro, notadamente neste período de aguda crise econômica e política que assola o País.

Desejamos, dessa forma, um Judiciário do Trabalho altaneiro e respeitado, sobretudo pela grandiosidade da matéria que lhe está confiada e que é substancial à democracia brasileira.

Tenho absoluta certeza de que a nova Administração será capaz de superar as adversidades pelas quais passa o País. Para tamanho desafio, quis a Providência que o TST contasse com

Magistrados que se singularizam pelos predicados de homens honrados e profissionais da mais alta estatura intelectual.

É o caso de Sua Excelência o novo Presidente desta Corte, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do Excelentíssimo Senhor Ministro Emmanoel Pereira, que assume a Vice-Presidência, e do Excelentíssimo Senhor Ministro Renato de Lacerda Paiva, que assume a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Na certeza de que não faltará ao eminente Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho o conforto da fé, de sua digníssima família e amigos, a colaboração desprendida dos Ministros Emmanoel Pereira e Renato de Lacerda Paiva e o apoio de todos os Ministros desta Corte, resta-me dar ao estimado amigo de sempre as boas-vindas na

Administração, rogando a Deus que o ilumine e o ampare.

Agradeço, mais uma vez, a todos que estiveram ao meu lado nesses dois anos, apoiando-me e incentivando-me, com lealdade e amizade, para que conseguisse chegar na data de hoje com o sentimento do dever cumprido e convicto de ter combatido o bom combate.

Nas palavras do inesquecível Charles Chaplin, despeço-me de minha equipe direta: “A vida me ensinou a dizer adeus às pessoas que amo, sem tirá-las do meu coração”.

Agradeço, por fim, a gentil atenção e inestimável presença de todos quantos ocorreram a esta Solenidade de Posse da nova Gestão do TST e do CSJT.

Muito obrigado.